

## Processo do conhecimento na administração

AUDET, Michel. Le procès des connaissances de l'administration. In : Audet, M. e Malouin J.-L. (orgs.) **La production des connaissances scientifiques de l'administration**. Quebec, Les Presses de l'Université Laval, 1986.

O autor inicia seu texto abordando a problemática da relação entre sujeito, objeto e produção do conhecimento na administração. Ele toma partido da concepção dialética dessa relação, na qual "o sujeito é um ator socialmente competente que procede a construção e o conhecimento do objeto por uma série de ações e operações que se modificam e se transformam a partir da própria interação entre sujeito e objeto. A relação entre o objeto e os métodos de sua construção é circular e deriva da circularidade que caracteriza a relação entre sujeito e objeto".

Em seguida, o autor propõe um quadro conceitual para o desenvolvimento de uma epistemologia da administração:

### ***I. O campo, a disciplina, a organização, o corpus***

O conceito de campo está no centro de nossa problemática. Um campo é ao mesmo tempo um lugar e um sistema. Ele é o lugar das relações entre atores humanos, que pretendem produzir conhecimentos definidos ou que são reconhecidos como tal, e que estão em concorrência para obter o controle da definição das condições de produção e validação desses conhecimentos. Ele é também o sistema de posições que ocupam os atores-produtores, e de suas relações. O critério decisivo de pertencimento ou não ao campo, e portanto de circunscrição do espaço do campo, é a pretensão ou o reconhecimento da produção do tipo de conhecimento definido que constitui o escopo do campo. O pertencimento de um membro ao campo não esgota sua realidade enquanto ator social. Este pode ocupar simultaneamente várias posições num ou mais campos.

A dinâmica do campo, quer dizer das relações entre produtores, engendra a dinâmica do seu conteúdo (*corpus*), já que produzir conhecimentos constitui a principal forma de ação pela qual os produtores tentam controlar as regras de produção e de validade do conhecimento. Como as transformações desse *corpus* são indissociáveis dos processos de conhecimentos criados pelos produtores, e que essas ações de produção são constitutivas das relações sociais entre produtores e de suas posições, a dinâmica de um campo deve ser estudada e interpretada como um processo social.

### ***II. O campo dos conhecimentos da administração***

Esse campo é animado por um movimento paradoxal de abertura e de fechamento. De um lado, os membros do campo veiculam uma retórica que transforma virtualmente toda a realidade em objeto a administrar, de sorte que o campo dos conhecimentos da administração tenderia a se superpor ao campo global do conhecimento. De outro lado, o

campo é animado por um movimento de fechamento que parece caracterizar as estratégias coletivas de autonomização e de controle ocupacional dos campos de produção cognitiva; como se uma população cada vez mais estável e fechada atribuísse a si própria as tarefas a cumprir.

Ressaltamos que os processos de conhecimento são formas de ações inscritas num processo global de atribuição de um sentido aos atos de conhecimento que neles são realizados. Lembramos também que o processo global de divisão social do trabalho caracterizou todas as formações sociais das épocas sobre as quais temos informações. Todavia, as sociedades industriais parecem ser aquelas que mais o desenvolveram extensiva e sistematicamente. Nós constatamos, e não é por acaso, que o período mais intenso de desenvolvimento do campo científico corresponde ao da industrialização. Daí decorre que a divisão do trabalho característica das sociedades industriais é totalmente transversal ao campo científico em geral, e assim, que o desenvolvimento do campo dos conhecimentos científicos da administração só se dá a partir de certo estágio das sociedades industriais. Do ponto de vista dos processos de conhecimento, a divisão do trabalho observada em todas as sociedades industriais entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais é muito importante, pois caracteriza um grupo social cuja tarefa principal é a produção de conhecimentos. A propósito do campo da administração, a distinção intelectual/manual tende a se superpor à distinção patrão/empregado e a incluir os grupos associados às tarefas dos primeiros ou dos últimos. Com efeito, o patrão e o grupo associado a suas tarefas tendem a absorver as ações administrativas e os conhecimentos que as acompanham em nome de seus deveres administrativos e de seus direitos de patrões.

Nós propomos chamar grupos de praticantes aos dos intelectuais-patrões e outros associados às tarefas de ações administrativas e de produção de conhecimento administrativo. Os praticantes formam um primeiro grupo desse campo. Eles são talvez aqueles que alguns se preocupariam menos em observar no estudo desse campo; entretanto, sua produção de conhecimento é constante e conectada com outros grupos que discutiremos a seguir. O reconhecimento de sua existência é indispensável, notadamente pelos limites que ela coloca num estudo do campo. A relação conhecimento/ação que os caracteriza é o de um movimento circular deslanchado por ações concretas e que desemboca em outras ações concretas após o conhecimento do objeto. A concepção pragmática da produção de conhecimento aqui é transparente. É o processo das ações concretas que inicia a tomada de consciência e que lhe confere um sentido. É a ocupação da posição delicada da relação conhecimento/ação que caracteriza o grupo e que especifica a forma dos conhecimentos que eles produzem e que alguns qualificam como terra à terra, colados à realidade, senso comum, etc.

À luz do processo geral de divisão social do trabalho, a diversificação das organizações e as ações que nelas são concretizadas contribuíram para o surgimento de um segundo grupo de produtores de conhecimento na administração: o dos não praticantes. A não participação direta nas ações administrativas e a concentração de suas tarefas na produção de conhecimento são duas características distintivas dos membros desse grupo. Constituído de todos aqueles que ocupam postos de analistas, de pesquisadores em todas as organizações voltadas ou não somente para a produção de conhecimento, esse grupo cresceu consideravelmente com a expansão recente das multinacionais, dos serviços e dos aparelhos

de Estado. Nós aí incluímos o subgrupo dos universitários, do qual fazem parte os membros do campo que trabalham em estabelecimentos de ensino ou de pesquisa. Eles se distinguem habitualmente dos outros não praticantes pela sua dupla participação num estabelecimento de ensino ou de pesquisa e ligação a uma disciplina, pela responsabilidade que eles têm de conservar e difundir conhecimentos e pela formação de membros em suas respectivas disciplinas. Essa dupla participação cria uma sorte de matriz de posições e amplia a possibilidade dos universitários ocuparem várias delas simultaneamente. A relação é estreita entre o pertencimento a um estabelecimento e a uma disciplina, a qual é muitas vezes uma condição implícita ou explícita de um emprego nesse estabelecimento.

O processo sociohistórico da divisão social do trabalho ampliou a distinção entre praticantes e não praticantes. Os não praticantes, da mesma forma que os praticantes, se ramificaram em inumeráveis formas de ocupações e organizações.

Um grupo híbrido, o dos consultores, coloca dificuldades de classificação, já que seus membros pretendem produzir conhecimentos do tipo daqueles dos não praticantes e que, além disso, eles são participantes de ações administrativas.

Estudos concretos permitiriam estabelecer os fracionamentos reais dos dois grupos e a hierarquia dos subgrupos no interior de cada grupo. Essa hierarquia reflete as forças presentes no campo, e sua estabilidade se acompanha de uma cristalização das regras dos processos de conhecimento; é aí então que elas ganham ares de universalidade e perenidade. Entretanto, isso não tem nada a ver com o conteúdo das regras e do *corpus* que elas permitem produzir; essa estabilidade provém da estrutura das relações entre os membros e entre os grupos no campo. Se os critérios sobre os quais se baseia a validade dos conhecimentos produzidos são admitidos por todos os membros do campo, a concorrência se fará então a partir das regras de produção e os conhecimentos produzidos, os quais deveriam progressivamente se aproximar dos critérios. Isso explica o sucesso pragmático que filtra os trabalhos científicos há três séculos e que criou essa aparência de correspondência crescente entre os conhecimentos e a realidade.

### ***III. Duas possibilidades de estudos concretos***

Para nós, somente estudos de formas concretas e de grupos concretos podem desenvolver a problemática descrita acima. Esses estudos podem ser temáticos ou morfológicos; daremos exemplos de cada um desses tipos.

#### *Um estudo temático*

Este trataria da *racionalidade instrumental no campo dos conhecimentos da administração*, a qual está no coração das críticas feitas ao positivismo, ao projeto unitário da ciência, às teorias da tecnocracia, em suma tudo aquilo assimila as ciências do homem às ciências da natureza, seja no momento de sua produção ou nas ações concretas que dele deriva. Nossa hipótese é que a razão instrumental predomina no campo dos conhecimentos da administração e que ela se manifesta sob dois aspectos. Primeiramente, ela constituiria o fundamento da concepção pragmática da produção e da utilização desses conhecimentos. Assim, ela seria o princípio unificador de todos os membros do campo, qualquer que seja o

seu grupo ou a sua posição no campo. Em segundo lugar, ela seria o fundamento comum do elo entre conhecimento e ação dos membros do campo. Esse elo seria aquele das ciências naturais que se caracteriza pelo sucesso pragmático da aplicação dos sistemas teóricos e que é ilustrado pela díade ciência-tecnologia. A racionalidade instrumental seria então a extensão do critério do sucesso pragmático ao processo dos conhecimentos administrativos e ao uso deles.

Retomemos esses dois aspectos. A racionalidade instrumental, enquanto princípio unificador, deveria engendrar uma convergência metodológica e favorecer um tipo de projeto unitário dos conhecimentos da administração, se constituindo num *corpus* único. Ora, nossa problemática é orientada sobretudo para um modelo dinâmico que tem seu princípio no fracionamento dos membros do campo e na sua concorrência para impor ao conjunto desse campo as regras de procedimentos para a construção do conhecimento. Nessa problemática, a razão instrumental aparece acima de tudo como princípio ordinal da hierarquia dos subgrupos e reflete a época dessa hierarquia, constituída quando as ciências naturais estavam em posição de hegemonia no campo científico global. Os membros do campo de conhecimentos da administração apenas se conformaram ao modelo dominante então reconhecido como mais válido. A hierarquia reflete a imitação de um velho modelo mais do que os procedimentos concretos da produção de conhecimento. Ela provém das percepções e do reconhecimento, enquanto que os procedimentos provêm da relação de circularidade com o objeto que afeta o sujeito e que o remete à sua realidade. O estudo epistemológico aqui é duplamente interessante. Ele atualiza, em primeiro lugar, a defasagem entre a retórica da razão instrumental e os processos concretos da produção de conhecimento. Ademais, ele sugere uma teoria unitária da diversidade dos procedimentos concretos. Com efeito, a teoria social da produção de conhecimentos que se desenvolve atualmente permite reconhecer a diversidade das formas sociais dos procedimentos de construção de conhecimento e também basear essa diversidade num processo de produção único, cuja particularidade é precisamente de se atualizar por um número indefinido de formas que se constituem, se reproduzem e se transformam nas relações sociais e nas ações dos produtores.

Como fundamento comum das relações conhecimento/ação dos membros do campo, a razão instrumental levanta duas dificuldades. Primeiro, parece existir uma contradição entre essa racionalidade, a qual evacua o sujeito pesquisador e o sujeito que toma decisões sobre ações administrativas, e uma outra retórica dos membros do campo de conhecimentos da administração na qual se reconhece o administrador como o mestre de sua organização, o ator competente e portador de conhecimentos. Como conceber essa contradição entre dois discursos tão propalados pelos produtores e usuários dos conhecimentos científicos? Certamente, estudando e solucionando a segunda dificuldade levantada pela razão instrumental. Nós supomos que o estudo concreto dos processos decisórios dos praticantes revelaria que as regras de decisão e o *corpus* de conhecimento efetivamente utilizado nesse processo diferem das concepções de conhecimento e de sua produção expressos em termos de racionalidade instrumental, mesmo se as decisões e suas justificações são por vezes retraduzidas na linguagem da razão instrumental. Destacamos aqui os planos plurianuais e a caríssima massa de dados produzida pelos sistemas de informação. Tudo isso parece provir muito mais do ritual administrativo que do processo concreto de decisão. E, se temos razão, seria necessário admitir que os universitários que se apresentam como os principais porta-

vozes da racionalidade instrumental seriam grandes padres da liturgia administrativa ao invés de verdadeiros suportes aos processos concretos de tomada de decisões administrativas.

A contradição entre a racionalidade instrumental e a ação administrativa seria somente aparente, retórica, uma vez que o estudo dos processos concretos de decisão e ações administrativas revelaria que os sujeitos continuam como atores competentes face às suas decisões e ações administrativas. A racionalidade instrumental seria apenas um discurso revelando que as ciências administrativas se inspirariam, desde a sua origem, no modelo ortodoxo das ciências naturais. Um estudo epistemológico sobre a razão instrumental poderia permitir revelar sua dimensão exclusivamente retórica, as formas concretas dos processos de ação administrativa, as ações de produção do conhecimento dessas ações e então dar conta delas através de uma teoria unitária da diversidade das formas dessa produção.

#### Um estudo morfológico

Tal empreendimento trataria especificamente de uma fração do campo, em lugares específicos, durante um período dado. Por exemplo, nós poderíamos estudar *o grupo de universitários dos estabelecimentos francófonos de ensino superior de administração do Quebec, de 1970 a 1980*. Nós destacariamos as relações entre os membros e a hierarquia dos grupos no início do período e poderíamos acompanhar as transformações ao longo daquela década. Nós estudariamos as transformações do *corpus* produzido pelos membros do campo para tentar reconstituir seus processos concretos de produção de conhecimento e sua hierarquia. Poderíamos então saber quais são as regras de produção e de validade dos conhecimentos cientificamente reconhecidos e identificar os principais fatores de sua dinâmica.

Um trabalho desse tipo nos obrigaria a dedicar muito tempo ao processo de “disciplinarização” dos grupos de produtores, às tentativas de integração desses grupos visando uma maior autonomia, à estudos internos em cada um desses grupos onde as disputas estão no centro das relações entre seus membros. Assim, poderíamos considerar os membros de um departamento como um campo, sempre lembrando que se trataria de um subgrupo de universitários que fazem parte dos não praticantes do campo geral dos conhecimentos da administração. Nós tentaríamos dar conta das disputas nesse campo e das relações que travam seus membros nesse sentido.